Goiânia, 10 e 11 de setembro de 2014.

Demandas da advocacia para o governador eleito para a gestão 2015/2018

- Elaboração de projeto de lei que defina o piso salarial da categoria, o que atingiria tanto os advogados que prestam serviço para empresas privadas como aqueles que servem ao Estado;

- Intensificar medidas que visem à valorização da advocacia dativa por meio do pagamento regular dos honorários dativos, como tem ocorrido atualmente em razão de convênio estabelecido com o Governo Estadual em 2012;

- Reajuste do valor da UHD paga aos advogados dativos. Atualmente no valor de R$ 80,00, a UHD não tem reajuste desde novembro de 2003. A desvalorização dos honorários é um entrave à entrega da prestação jurisdicional às pessoas carentes, que não têm condições financeiras de constituir advogado. Segundo cálculos realizados pela OAB-GO, o novo valor, baseado no IGPM, que seria em torno de R$ 176, que foi definido a partir da defasagem sofrida nos últimos 4.018 dias (11 anos) e reajuste automático anual;

- Implementação de política que permita a redução das altas custas judiciais cobradas pelo Tribunal de Justiça de Goiás, que está entre as mais altas do país. A redução da tabela estadual é uma antiga luta da OAB-GO e foi pauta de inúmeras reuniões com o Tribunal. A medida é essencial para garantir o direito constitucional de acesso à justiça. Há entendimento de que o governador do Estado, além do próprio TJ, pode enviar projeto à Assembleia Legislativa visando modificar os valores;

- Estruturação da Defensoria Pública em Goiás;

- Quitação dos pagamentos referentes aos precatórios e redução do tempo para pagamentos atuais;

- Investimentos e valorização da advocacia pública com estruturação da carreira dos gestores jurídicos;

- Implementar, ampliar, promover, garantir e atuar efetivamente na defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência (PCD) e na implementação das políticas descritas no Plano Goiás Inclusivo (Decreto Estadual nº 7.772/12);

- Empenho na elaboração de uma política pública consistente que, de fato, vise ao combate da criminalidade em todos os aspectos envolvidos: combate ao tráfico de drogas; investimentos em educação em tempo integral; estruturação das polícias civil e militares para garantir agilidade e eficácia nas investigações de crimes, além de promover maior presença nas ruas; reestruturação das penitenciárias de forma a dar mais dignidade e promover a recuperação dos detentos.

Henrique Tibúrcio
Presidente da OAB-GO